

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

ANEXO XV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO SLU/DR.JUR Nº ____/____

PROCESSO Nº. _____

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI FAZEM, A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA, DENOMINADA CONTRATANTE E _____, DENOMINADA CONTRATADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

- 1.1.** São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, a SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, inscrita no CNPJ sob o nº 16.673.998/0001-25, representada pelo Superintendente, Breno Serôa da Motta, e, como CONTRATADA, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, neste ato representada por seu representante legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1.** É objeto deste Contrato a prestação de serviços comuns de engenharia para fornecimento e instalação de reservatório metálico de forma cilíndrica, apoiado sobre pés, capacidade nominal de 20 m³ e caixas d'água de 2,00 m³, conforme condições discriminadas no Termo de Referência e em seus documentos integrantes e indissociáveis, em decorrência julgamento da **Licitação SLU PE nº xxx/2025**, segundo a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor da contratação é de R\$ _____(_____), correspondente ao produto dos preços unitários propostos pela CONTRATADA aplicados às quantidades estimadas na Planilha de Orçamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ções) orçamentária(s):
2708.4501.17.512.046.2.539.0002.449051.05.1.759.000.0000.
- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 5.1. O presente contrato será garantido por meio de _____, no valor de R\$ _____ (_____), conforme regras estabelecidas no **item “4.5. Da Garantia Contratual” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 6.1. O prazo de vigência do contrato será de **300 (trezentos) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.
- 6.2. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de **90 (noventa) dias corridos** contados a partir da emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

- 7.1. Nos termos dos itens 6 e 7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Nos termos do item 4.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 9.1. O recebimento será efetuado conforme regras estabelecidas no item 15 do Projeto Básico (Apêndice I do Termo de Referência – Anexo I do Edital), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1. Nos termos estabelecidas no item 8 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

- 11.1. Nos termos estabelecidas no item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão estabelecidas nos itens 17 e 18 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo da aplicação das regras previstas no Capítulo I – Título IV, da Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 18.096/2022, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas do Contrato ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos, ou sua inexecução total ou parcial, as seguintes sanções:

- 13.1. **advertência**, nos termos do art. 156, I, da Lei n.º 14.133/2021;
- 13.2. **multas**, nos termos do art. 156, II, da Lei n.º 14.133/2021, observados os seguintes percentuais:
- 13.2.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor atualizado deste contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.
- 13.2.1.1. Para fins da limitação de que trata o **item 13.2.1** deverão ser observados os parâmetros constantes no art. 51 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022.
- 13.2.2. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das seguintes infrações administrativas, observado o disposto no art. 51 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022:
- 13.2.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 13.2.2.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 13.2.2.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
 - 13.2.2.4.** deixar de entregar a documentação exigida;
 - 13.2.2.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 13.2.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.2.2.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 13.2.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 13.2.2.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 13.2.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.2.2.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.2.2.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2.3.** Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência à CONTRATADA que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- 13.2.3.1.** deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
 - 13.2.3.2.** deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
 - 13.2.3.3.** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da CONTRATANTE;
 - 13.2.3.4.** não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - 13.2.3.5.** não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 13.2.3.6.** deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 13.2.3.7.** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- 13.2.3.8.** utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
- 13.2.3.9.** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- 13.2.3.10.** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- 13.2.3.11.** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- 13.2.3.12.** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a CONTRATADA enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.2.3.13.** não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- 13.2.3.14.** subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.
- 13.2.3.15.** tolerar, no cumprimento do Contrato, ou instrumento equivalente, ou do Fornecimento, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- 13.2.3.16.** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
- 13.2.3.17.** deixar de repor funcionários faltosos;
- 13.2.3.18.** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- 13.2.3.19.** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 13.2.3.20.** deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pela Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho;
- 13.2.3.21.** não atender aos requisitos mínimos para áreas de vivência definidos na NR-18 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho.
- 13.2.4.** Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à CONTRATADA que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- 13.2.5.** Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a CONTRATADA der causa à rescisão contratual, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927, da Lei 10.406/2002.
- 13.2.6.** Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor total atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores.
- 13.3.** impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.2.2.2 a 13.2.2.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, bem como quando houver a aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de três anos;
- 13.3.1.** Quando a sanção de impedimento de licitar e contratar for aplicada pelo Poder Legislativo do Município, no desempenho da função administrativa, impedirá o sancionado de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte.
- 13.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.2.2.8 a 13.2.2.12**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.2.2.2 a 13.2.2.7** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.
- 13.4.1.** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o **item 13.2.2.12**, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 13.5.** A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada à CONTRATADA pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no **subitem 13.2.2**.
- 13.6.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- 13.7.** Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.
- 13.8.** As multas a que se referem os itens 13.2.1 a 13.2.4 serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.
- 13.9.** A multa prevista no item 13.2.1 pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos itens 13.2.2 a 13.2.4.
- 13.10.** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.
- 13.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 13.11.1.** A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.
- 13.11.2.** A aplicação das sanções previstas no **item 13.11** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.
- 13.12.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 13.13.** As multas por atraso no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a CONTRATADA terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nas subcláusulas a seguir:
- 13.13.1.** o eventual descumprimento do cronograma será comunicado à CONTRATADA juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 13.13.2.** a CONTRATANTE analisará a solução e prazo apresentados pela CONTRATADA, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da CONTRATADA;
- 13.13.3.** após o prazo fixado pela CONTRATADA para a solução do atraso, a CONTRATANTE irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;
- 13.13.4.** na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a CONTRATADA não será penalizada.
- 13.14.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação
- 13.15.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 13.16.** As sanções serão devidamente motivadas pelo Fiscal do Contrato e serão processadas de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 18.096/2022.
- 13.17.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 14.1.** A CONTRATADA deverá se submeter a avaliação de integridade para fins de assinatura do Contrato ou antes da celebração de aditamentos contratuais nos termos previstos na Lei Municipal n.º 11.557/2023 e Decreto Municipal n.º 18.609/2024.
- 14.2.** Objetivando afirmar a aderência da CONTRATADA aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 14.2.1.** A CONTRATADA se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 14.2.2.** A CONTRATADA se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

- 14.2.3.** A CONTRATADA fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.2.4.** A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 14.2.5.** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 14.2.6.** A CONTRATADA fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:
- 14.2.6.1.** Na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;
- 14.2.6.2.** A qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.
- 14.2.6.3.** A avaliação de integridade será realizada mediante preenchimento do formulário de Due Diligence pela CONTRATADA e emissão do RAI - Relatório de Avaliação de Integridade pelo órgão ou entidade responsável pela contratação e observará informações relativas ao perfil da empresa, de sócios e de administradores, relacionamento com agentes públicos e terceiros, reputação e histórico de envolvimento em casos de desvios éticos, fraude e corrupção, assim como a adoção pela empresa de práticas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, como programa de integridade, código de ética e outras, de modo a determinar o Grau de Risco à Integridade - GRI - da CONTRATADA.
- 14.2.6.4.** A CONTRATADA deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.
- 14.2.6.5.** Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 14.3.** A avaliação de integridade terá validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de liberação do Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, salvo nas situações de GRI alto, quando a validade será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 15.1.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.2.** A extinção do contrato poderá ser:
- 15.2.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 15.2.2.** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 15.2.3.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
 - 15.2.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
 - 15.2.5.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
 - 15.2.5.1.** devolução da garantia;
 - 15.2.5.2.** pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - 15.2.5.3.** pagamento do custo da desmobilização.
- 15.3.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, as seguintes consequências:
- 15.3.1.** assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - 15.3.2.** ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - 15.3.3.** execução da garantia contratual para:
 - 15.3.3.1.** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - 15.3.3.2.** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 15.3.3.3.** pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- 15.3.4.** retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 15.3.5.** A aplicação das medidas previstas nos **itens 15.3.1 e 15.3.2** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 15.3.6.** Na hipótese do **item 15.3.2**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Superintendente da SLU.
- 15.4.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 15.4.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 15.5.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 15.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.5.3.** Indenizações e multas.
- 15.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 15.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 15.8.** O desmesurado ajuizamento de reclamações trabalhistas contra a CONTRATADA ou suas subcontratadas nas quais a CONTRATANTE venha a figurar no polo passivo da(s) ação(ões) como responsável solidário ou subsidiário poderá caracterizar razão de interesse público a ensejar a rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 16.1.** A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei n.º 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 16.2.** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 16.3.** A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 16.4.** A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6.** A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1.** À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.6.1.1.** A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7.** A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1.** A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2.** A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

- 16.8.** A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 16.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

- 17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, decretos números 18.096/2022, 18.303/2023 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.2.1.** Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- 18.2.2.** Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 18.2.3.** Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 18.2.4.** Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo Superintendente em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 18.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 18.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 19.1.** A execução dos serviços será fiscalizada por representante(s) da CONTRATANTE, devidamente nomeados através de publicação no Diário Oficial do Município, ao(s) qual(is) competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à CONTRATADA, como também auxiliar no planejamento executivo, além de poder sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, nos termos do **item 16** do Termo de Referência anexo a este contrato.
- 19.2.** A Fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a substituição de membros de sua equipe técnica, quando julgar necessário, desde que justificadamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO ADITAMENTO DE PREÇOS E SERVIÇOS

- 20.1.** A CONTRATADA se obriga a aceitar, se necessário, a inclusão, mediante Termo Aditivo a este Contrato, das atividades eventualmente não previstas na Planilha de Orçamento, tendo por base os preços unitários de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, vigente na data de elaboração do orçamento desta contratação, modificados pelo fator "K", obtido pela relação entre o preço global ofertado pela CONTRATADA e o orçamento de custo direto da SLU. Da mesma forma, as atividades não previstas na Planilha de Orçamento, nem constante de tabela de referência de preços reconhecida oficialmente, terão seus preços compostos com base nos elementos que compõem o referido orçamento, modificados pelo fator "K", nos termos do Decreto nº 16.361/2016, atualizado.
- 20.1.1.** Se o Contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.2.** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- 21.1.** O presente contrato, rege-se, basicamente, segundo seu objeto, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como no disposto pelo Decreto Municipal n.º 10.710/2001, naquilo que for aplicável; na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte; na Lei Municipal n.º 11.065/2017, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 16.681/2017; na Lei Municipal n.º 8.725/2003; no Decreto Municipal n.º 17.174/2019; no Decreto Municipal n.º 13.757/2009; no Decreto Municipal n.º 18.096/2022; no Decreto Municipal n.º 17.710/2021; Lei Federal n.º 13.709/2018, na Lei Federal n.º 8.078/1990 e, no que couber, na Lei Federal n.º 10.406/2002; na Lei Federal n.º 12.846/2013; no Decreto Municipal n.º 16.954/2018; no Decreto Municipal n.º 16.408/2016; na Lei Complementar n.º 123/2006; na Lei Municipal n.º 10.936/2016; no Decreto Municipal n.º 16.535/2016; Decreto Municipal n.º 18.337/2023, além da legislação trabalhista aplicável, em especial a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto Lei n.º 5.452/1943); os Anexos 1, 2, 3, 5, 8, 11 e 12 da Norma Regulamentadora 15 – NR-15 e o item 18.28.2 da Norma Regulamentadora 18 – NR- 18, aprovadas por meio da Portaria n.º 3.214/1978, do Ministério do Trabalho, complementadas pelas normas constantes no Edital de Licitação, que fazem parte deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

- 22.1.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, a CONTRATANTE de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte da CONTRATANTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 22.2.** A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, os seguros necessários à execução dos serviços avençados, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.
- 22.3.** A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, na forma dos arts. 14, 17, 20 e 23 a 27, da Lei Federal n.º 8.078/1990 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal n.º 10.406/2002.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

- 23.1.** A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS TRIBUTOS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

- 24.1.** Todos os tributos que incidirem sobre o Contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à CONTRATADA, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 25.1.** Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pela Superintendência de Limpeza Urbana serão observadas as determinações que se seguem.
- 25.2.** A CONTRATANTE exige que as CONTRATADAS, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 25.2.1.** “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 25.2.2.** “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento da CONTRATANTE;
- 25.2.3.** “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento da CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar a CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- 25.2.4.** “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- 25.2.5.** “Prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação ou agir

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

- 26.3.** A CONTRATANTE rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o Licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias, coercitivas ou obstrutivas durante o procedimento licitatório.
- 26.4.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

- 27.1.** A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) correrá por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

- 28.1.** O foro da justiça estadual na comarca de Belo Horizonte é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1.** A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma, em alteração contratual ou novação.
- 29.2.** As normas da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, se conflitantes com as deste instrumento ou com informações prestadas pela SLU, preponderarão sobre estes.
- 29.3.** A CONTRATADA exime a CONTRATANTE de responsabilidades civil, penal e administrativa se as atividades vinculadas ao presente contrato vierem a ser consideradas lesivas, nos termos da legislação vigente. Em caso de responsabilidade civil e administrativa, assegura-se o direito de regresso da CONTRATANTE contra a CONTRATADA.
- 29.4.** A CONTRATADA ficará adstrita às penalidades constantes neste instrumento até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas no contrato, independente do término da vigência contratual.
- 29.5.** O presente documento não precisa de classificação de sigilo conforme a Lei n.º 12.527/2011.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE FORMA CILÍNDRICA, APOIADO SOBRE PÉS, CAPACIDADE NOMINAL DE 20 M³ E CAIXAS D'ÁGUA DE 2,00 M³

- 29.6.** A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 29.7.** A SLU dará autorização à utilização de suas áreas, a título de mera permissão, que não induz a posse, para que a CONTRATADA a utilize para o local de guarda de equipamentos, durante o período da vigência do Contrato.
- 29.8.** A CONTRATADA deve zelar pela conservação das áreas disponibilizadas pela SLU, entregando, ao final do Contrato, todas as instalações, no mínimo, nas mesmas condições em que recebeu.

E por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente instrumento, por meio de assinatura digital para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Belo Horizonte, (na data da última assinatura).

Breno Serôa da Motta
Superintendente de Limpeza Urbana
CONTRATANTE

CONTRATADA
Assinatura do representante legal
CPF